

## **A escolarização de pescadoras/es artesanais na EJA: relações com o Seguro Defeso**

Carlos Fagner Pereira Pires<sup>1</sup>, Edna Castro de Oliveira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo resulta de uma dissertação que problematiza a inserção de pescadoras/es artesanais beneficiárias/os do Programa Seguro Defeso Pescador/a Artesanal (SDPA) na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objeto de investigação focaliza estudos nesta temática buscando verificar as relações entre a escolarização desses sujeitos e o Programa. Como recorte da pesquisa, o estudo focaliza a revisão de literatura referente aos trabalhos que exploram produções que enfatizam a relação da escolarização dos pescadores/as artesanais e o SDPA. Tem como aporte teórico estudos sobre trabalho e educação, considerando os sujeitos, as vidas deles no labor da pesca e as práticas culturais das comunidades. Resultados preliminares indicam “lacunas” nas produções que relacionam a escolarização de estudantes da EJA que vivem da pesca e que são beneficiários do SDPA.

### **Palavras-chave**

Escolarização. Educação de Jovens e Adultos. Pescador/a artesanal. Direito à educação. Programa Seguro Defeso Pescador/a Artesanal.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: cfpereirepires@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professora voluntária na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; membro do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação nessa instituição. E-mail: oliveiraedna@yahoo.com.br.

## **The schooling of artisan fishermen in the Youth and Adult Education: relations with the Seguro Defeso**

Carlos Fagner Pereira Pires<sup>3</sup>, Edna Castro de Oliveira<sup>4</sup>

### **Abstract**

This article is part of the thesis, already completed, that discusses the inclusion of artisan fishermen beneficiaries of the Unemployment Insurance Program for Artisan Fishers (Programa Seguro Defeso Pescador/a Artesanal) (SDPA) in Youth and Adult Education (EJA). The object of investigation focuses on studies about this topic, seeking to verify the relationships between the schooling of these subjects and the Program. The research's part focused on this study was the literature review related to works that explore productions that emphasize the relationship between the schooling of artisan fishermen and SDPA. Its theoretical framework is studied on work and education, considering the subjects, their lives in fishing, and the cultural practices of the communities. Preliminary results indicate "gaps" in the studies related to the schooling of EJA students who live from fishing and who are SDPA beneficiaries.

### **Keywords**

Schooling. Youth and Adult Education. Artisan fisherman. Right to education. Unemployment Insurance Program for Artisan Fishers.

---

<sup>3</sup> Master in Education, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: cfpereirepires@gmail.com.

<sup>4</sup> PhD in Education, Fluminense Federal University, Rio de Janeiro, Brazil; post-doctoral internship at the Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; assistant professor III of the Department of Fundamentals of Education and Educational Guidance and member of the coordination of the Youth and Adult Education Center, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: oliveiraedna@yahoo.com.br.

## Introdução

Este estudo trata de uma pesquisa finalizada que procurou explorar a escolarização de estudantes trabalhadoras/es brasileiras/os, em especial do segmento da pesca artesanal, que buscam o atendimento na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o entrelaçamento deles com o Seguro Desemprego Pescador Artesanal (SDPA). Nosso envolvimento docente com esse grupo nos instigou a estudar essa temática, de modo a conhecer a produção já existente na literatura acadêmica que pudesse dialogar com a investigação sobre o percurso de escolarização de estudantes pescadores/as artesanais na EJA e as implicações do SDPA nesse processo.

Importa situar que o SDPA surgiu por meio da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, na esteira da Constituição Federal de 1988. O programa consiste em uma extensão do seguro-desemprego e é dedicado a trabalhadores específicos: o pescador e a pescadora com perfil artesanal. Esse benefício, além de estar voltado para esse grupo, também focaliza a preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro. O auxílio experimentado pelos pescadores/as artesanais durante o período de defeso é equivalente ao desemprego involuntário que, por motivos alheios à própria vontade, impossibilita as pessoas de exercerem o trabalho delas.

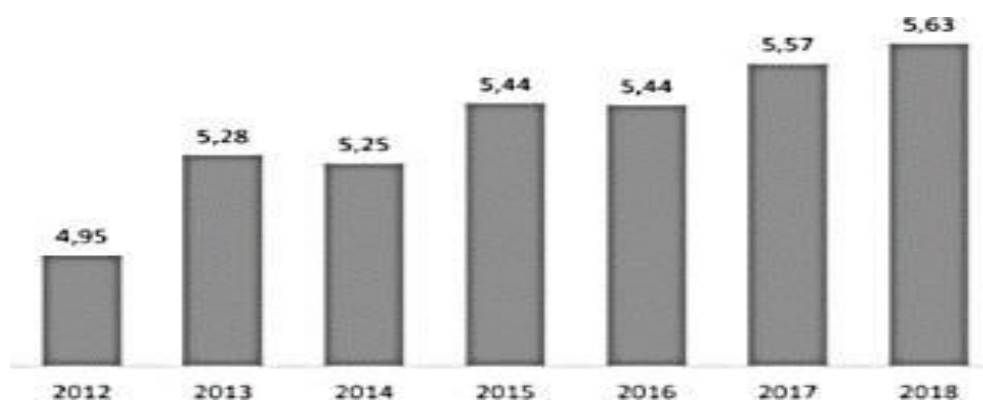
A partir das observações no contato com a especificidade dos sujeitos em foco, buscamos conhecer outras experiências voltadas para a escolarização delas, para responder a questão problema, que consiste em compreender quais os obstáculos que dificultam o processo de escolarização de estudantes pescadoras/es artesanais na EJA, quanto ao acesso, à permanência e à conclusão da Educação Básica. O estudo compreendeu o período de 2014 a 2019 e foi realizado na comunidade do Pontal, um dos bairros do município de Maratáizes/ES, localizado no litoral sul do estado.

Partimos da hipótese de que o trabalho com a pesca, a desvalorização dos conhecimentos deles e experiências pela escola e, ao mesmo tempo, a vinculação dos sujeitos como beneficiários do SDPA seriam razões que têm comprometido o processo de escolarização das/os pescadoras/es artesanais na EJA. Para fins deste trabalho, temos como objetivo analisar experiências desenvolvidas com pescadoras/es artesanais e os processos de escolarização deles, sendo que, de forma específica, buscamos revisitar a literatura no intuito de levantar estudos que articulam a temática da escolarização de pescadoras/es artesanais na EJA e as relações com o SDPA.

A relevância desta pesquisa evidenciou-se pelo fato de focalizar um segmento da população que integra trabalhadores/as com baixa escolaridade, composto por pescadoras/es artesanais. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

contínua de 2019, nas últimas décadas, o número de indivíduos que vivem e moram em comunidades pesqueiras e que não concluíram a educação básica é alto. Embora, de 2012 a 2018, a escolarização desse grupo tenha aumentado cerca de 0,68%, conforme Gráfico 1, a média de anos de estudos é menor do que a da população brasileira, que era de 9,3 anos em 2018, segundo o IBGE. Essa realidade contradiz a legislação, uma vez que o direito à educação vem sendo negado aos estudantes das comunidades pesqueiras no Brasil.

**Gráfico 1** – Quantidade média de anos de estudos - Pescador/a artesanal



Fonte: PNAD Contínua - (SECAP/Avaliação, 2019).

Como possíveis contribuições, o estudo busca visibilizar esse segmento da população, que vem sendo excluído do exercício do direito à educação, e realçar a importância não apenas de seu acesso, mas da permanência e da conclusão na EJA, em específico, nas comunidades pesqueiras. Diante dessa situação de exclusão, alguns resultados deste estudo indicam, na relação com a questão problema, que os obstáculos que dificultam o processo de escolarização de estudantes do segmento da pesca artesanal estão associados ao labor, à gravidez, ao casamento precoce, à dificuldade de conciliar as atividades ligadas à pesca e à escola e, por último e não menos importante, ao currículo escolar. São muitos os entraves que dificultam e impedem o acesso e o direito à escolarização desse coletivo.

O texto está organizado em duas partes: a primeira refere-se ao movimento de busca no percurso de identificação das fontes na literatura e a segunda revisita os estudos sobre escolarização de pescadoras/es artesanais com reflexões sobre trabalho e educação.

### **A busca pelas fontes no percurso metodológico**

A opção metodológica pela revisão de estudos desenvolvidos sobre a temática permitiu reunir algumas produções acumuladas na literatura que nos aproximaram do conhecimento já

construído, permitindo identificar lacunas a serem preenchidas (Mainardes, 2018).

O primeiro movimento foi a escolha dos descritores que seriam pesquisados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Mesmo com a amplitude do tema, foram feitas combinações de descritores para que se pudesse ter a real noção do universo de produções científicas relacionadas. Essa etapa nos possibilitou chegar a um descritor específico, que contemplasse, de forma mais próxima, as ideias instigadoras da pesquisa.

**Quadro 1** – Movimento de escolha de descritores

<b>Descritores</b>	<b>Resultados</b>	<b>Resultados refinados</b>
“Seguro Defeso”, “Escolarização de pescadores”, “EJA” e “Formação de pescadores”	1.282.841	325
“EJA” e “Pescador artesanal”	1.276.165	325
“Seguro Defeso” e “Escolarização de pescadores”	34	5
“Seguro Defeso” e “Permanência na EJA”	39	7
“SDPA” e “Permanência na EJA”	5	2

Fonte: Os autores a partir do Catálogo de Teses e Dissertações/CAPES (2023).

Os resultados do Quadro 1 foram alcançados após refinamentos, como: recorte temporal 2014 a 2019; a busca de dissertações e teses; além de outros refinamentos como: grande área do conhecimento; área de conhecimento; programa, restringindo-se à temática da educação.

Logo após essa etapa, realizamos o movimento de exclusão do material que não se aproximava do tema pesquisado. Em posse desse resultado, foi feita a leitura dos resumos, a partir da qual verificou-se que sete trabalhos se aproximavam do objeto de estudo. No segundo momento, após pesquisas mais detidas no *Google* acadêmico e *SciELO*, foram encontrados 11 trabalhos que serão discriminados mais adiante.

Desse modo, trabalhamos apenas com os estudos pertinentes ao objeto e que, de alguma forma, dialogam com a construção desta pesquisa. Tratando-se de uma proposta que volta o olhar para a EJA, em uma comunidade de sujeitos dedicados à pesca artesanal no estado do ES, consideramos importante selecionar algumas pesquisas que abordam a EJA no estado, assim como algumas produções do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-UFES). Porém, não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse as temáticas EJA e pescador artesanal.

Nesse movimento, foram selecionadas 18 pesquisas, entre teses e dissertações voltadas para o objeto em estudo. Para este artigo, foram incluídas apenas as pesquisas que elencam as temáticas que abordam a relação trabalho/educação, a invisibilidade das mulheres pescadoras e o SDPA, conforme Quadro 2.

**Quadro 2** – Trabalhos que apresentam a relação escolarização/pescador(a) artesanal

<b>Título</b>	<b>Autores/as</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Local</b>	<b>Tipo/Ano</b>
Pescando Letras: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal	ARAÚJO, Silvia Cordeiro	Centro de Educação Sustentável	Universidade de Brasília	Dissertação (2011)
Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea-AM	SOARES, Sara Moreira	Sociedade e cultura na Amazônia	Universidade Federal do Amazonas	Dissertação (2012)
Entre a pesca e a escola: a educação dos povos tradicionais a partir da comunidade pesqueira na Ilha de Torotoma (Rio Grande-RS)	CLARO, Lisiane Costa	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação (2014)
A vida de alunos pescadores da comunidade de Baiacu (BA) e sua relação com a escola: dois mundos distintos?	BANDEIRA, Pedro Souza de Ferreira <i>et al.</i>	Ensino de Filosofia e História das Ciências	Universidade Federal da Bahia	Artigo (2014)
Rede Certific e Proeja FIC: a formação inicial e continuada de pescadores no Município de São Borja-RS	OLIVEIRA, Graciela Pavelacki	Educação nas ciências	Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS	Dissertação (2014)
Seguro Defeso: problemas enfrentados pelo programa	CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente	Discussão sobre os problemas enfrentados pelo SDPA	Brasília	Artigo (2014)
Pescador não quer essa escola: representações	LEMOS, Suely Fernandes	Certific	São João da Barra/RJ	Artigo (2015)

sociais em área de conflito de território	Coelho; LIMA, Rita de Cássia Pereira			
Pescadoras tradicionais, técnicas em pesca, “entendem se incluídas” pela política pública do ProEJA	OLIVEIRA, Rosângela Gonçalves	Tecnologia	Universidade Federal Tecnológica do Paraná	Tese (2016)
Um cardume de conhecimentos nas práticas de pesca artesanal: alguém vai pescar?	SILVA, Cíntia Melo	Conhecimento empírico dos pescadores	Universidade Federal do Tocantins	Artigo (2017)
Processo de formação educacional e seus reflexos na atividade pesqueira: a realidade dos pescadores artesanais do Vale do Guaporé (RO)	LIMA, Tânia O. <i>et al.</i>	Educação	Universidade Federal de Rondônia	Artigo (2018)
Educação e pesca artesanal na Baía da Guanabara: o que nos ensinam as comunidades tradicionais?	FERREIRA, César Bernardo; PUGGIAN, Cleonice	Educação	Rio de Janeiro	Artigo (2018)
Relatório de avaliação de gastos diretos: avaliação executiva do seguro defeso	BRASIL. Secap/avaliação – Ministério da Economia/ Secretaria de avaliação, planejamento, energia e loteria	Informações sobre a política de gastos com o SDPA/pescador artesanal	Brasília	Relatório (2019)
Seguro-desemprego: avaliação sobre o seguro ao trabalhador formal e o seguro-defeso	SANTOS, Artur Henrique da Silva	Economia	Universidade de Brasília	Tese (2019)
Educação, modernidade e pesca artesanal: uma análise na comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica-BA	PROCÓPIO, Daniele Freire	Educação	Universidade do Estado da Bahia	Artigo (2020)
Comunidades tradicionais,	OLIVEIRA,	Educação	RETEC	Artigo

a construção curricular e a valorização dialógica com saberes	Rosângela Gonçalves de; URBANETZ, Sandra Terezinha		Ourinhos	(2021)
---	--	--	----------	--------

Fonte: Os autores (2023).

A diversidade de materiais analisados sinaliza para a urgência de uma oferta de escolarização mais próxima das comunidades tradicionais, principalmente de pescadores/as artesanais, para que possam buscar a elevação de escolaridade, como abordam Claro (2014) e Lima *et al.* (2018), ao elencar a necessidade de uma escola mais próxima do horizonte desses coletivos de trabalhadores/as.

### **Revisitando estudos sobre escolarização de pescadoras/es artesanais: reflexões sobre trabalho e educação**

Este estudo, ao focalizar pescadoras/es artesanais, entrelaça as relações que envolvem o trabalho humano e a natureza, interligando as categorias trabalho e educação que, nos sentidos histórico-ontológicos, são consideradas atividades especificamente humanas, pois, segundo Saviani (2007, p. 154) “apenas o ser humano trabalha e educa”. As categorias levantadas destacam-se como fundantes na constituição do ser humano, na interação dele com a natureza, evidenciando o trabalho como princípio educativo e reafirmando-o como “vital” para a existência do ser humano. Na relação com a natureza, constroem-se as possibilidades de sua sobrevivência (Antunes, 2004; Marx, 1985) e a interlocução com a educação pode transformar o mundo e a cultura humana (Freire, 1981; SavianiI, 2007). Com essa ênfase, sinalizamos a importância de uma escola que não dissocie o trabalho manual do trabalho intelectual.

A partir dos fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação, tal como explorados por Saviani (2007), destaca-se, simultaneamente, a ação do ser humano que se educa enquanto trabalha. Assim, Saviani (2007) reafirma que trabalho e educação são inseparáveis, mesmo que, ao longo da história, haja registro de momentos de movimentos contrários. Desde a sociedade feudal, quando ocorreu a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, intensificada pela Revolução Industrial, a burguesia se apropriou dessa dissensão e instituiu o trabalho intelectual para os donos dos meios de produção e o trabalho manual para as classes menos favorecidas.



Ainda segundo Saviani (2007), é preciso o restabelecimento de vínculos entre trabalho e educação, uma vez que, ao fabricar o mundo que está ao redor, o ser humano aprende e passa a trabalhar de forma diferente.

Considerando a análise das pesquisas que se aproximam mais diretamente da temática do objeto de estudo do presente artigo, foi possível verificar que a maior parte dos trabalhadores das comunidades tradicionais buscam a EJA com o objetivo de iniciar ou dar continuidade à escolarização deles. O problema do analfabetismo nessa modalidade segue como um desafio para a sociedade brasileira. Grandes são as dificuldades em diferentes segmentos da estrutura educacional, como também nos contextos em que estão inseridas as comunidades tradicionais de pescadoras/es artesanais.

Nessa perspectiva, destacamos, dentre os estudos explorados, alguns que focalizam essa relação. Oliveira (2016) propôs, em sua tese, estudar a Política Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na EJA no Curso Técnico em Pesca ProEJA a distância. Essa pesquisa investigou a relação entre a oferta de formação sob a ótica da inclusão e a exigência de sujeitos adultos e trabalhadoras/es tradicionais e artesanais. O autor toma como hipótese a ideia de que, mesmo ante a crise estrutural do trabalho, que traz como resultado suas mais precárias formas de realização, estamos diante de uma situação histórica em que as políticas afirmativas podem possibilitar, na percepção dos egressos no Curso Técnico em Pesca Proeja, mecanismos de empoderamento social, alavancando a participação política na e para a sua comunidade.

Oliveira (2014), no estudo “Rede Certific e Proeja Fic: a formação inicial e continuada de pescadores em São Borja-RS”, ao tratar o tema do empoderamento, reconheceu competências profissionais de trabalhadores/as, jovens e adultos/as, adquiridas ao longo da vida, em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem, reconhecendo que seus saberes e a efetivação do direito ao acesso à escolarização possibilitariam a emancipação dos pescadores/as como cidadãos/cidadãs. Mesmo não contemplando de forma plena a viabilização e a inserção social dos saberes dos/as trabalhadores/as, a discussão das propostas validadas por todos os envolvidos incidiria em maior adesão e comprometimento de todos os trabalhadores/as da pesca. Isso também foi percebido por Procópio (2020) na comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica- BA, e relatado no trabalho em que o autor discutiu conhecimentos e práticas incorporados ao currículo escolar.

Quanto à visibilidade dos sujeitos em foco, Oliveira e Urbanetz (2021) e Silva (2017) enaltecem a importância do conhecimento empírico de pescadores/as artesanais que são detentores/as de muitos saberes e geralmente não são valorizados pela comunidade escolar. A

pesquisa identificou a invisibilidade dos sujeitos em relação ao gênero. As mulheres trabalhadoras, estudantes, pescadoras, mesmo desempenhando importante papel familiar, social e econômico, não têm a valorização devida, como afirmam Araújo (2011), Bejarano *et al.* (2014), Cardoso e Cordeiro (2015), Ferreira e Puggian (2018), Lemos e Lima (2015) e Soares (2012).

Notamos também que o trabalho, e não a escola, ocupa a vida desses sujeitos, estudantes e pescadoras/es. Como seres humanos, esse coletivo apresenta íntima relação com a natureza, sendo capaz de intervir nessa realidade. Por meio dessa relação, produz algo, como nos afirma Marx (2004, p. 80): “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível”. Essa afirmativa nos remete diretamente à ação humana sobre a natureza, no que concerne ao período de defeso, quando espécies de peixes e crustáceos são protegidos por meio do SDPA, benefício recebido pelos/as pescadores/as artesanais.

Esse programa apresenta grandes “discrepâncias”, problemas e irregularidades, como afirmam Campos e Chaves (2014) e Santos (2019), podendo ser descaracterizado. Tanto o relatório Secap/Avaliação (Brasil, 2019), quanto Pereira (2014), apresentam uma série de relatos de corrupção e irregularidades na concessão e no recebimento desse benefício, mas, de maneira geral, destacam sua importância, principalmente em áreas de população com renda muito baixa “onde os benefícios sociais eventualmente recebidos são um aporte financeiro muito considerável” (Pereira, 2014, p. 64). Por conseguinte, além dessas questões, o SDPA pode estar interferindo no percurso de acesso e permanência das/os estudantes pescadoras/es artesanais na EJA.

É na contradição expressa no trabalho pela constituição capitalista que pescadoras/es artesanais colocam a escola em segundo plano, pois “comer, beber e vestir” [consiste em uma condição] “fundamental de toda história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos” (Marx; Engels, 2007, p. 39).

### **Considerações finais**

Foi possível verificar, ao conhecermos os estudos sobre a escolarização de pescadoras/es artesanais, que o acesso, a permanência e a conclusão de estudantes pescadoras/es artesanais na EJA das comunidades pesqueiras têm sido comprometidos. Fica nítida a negação do direito à educação, que invisibiliza os coletivos estudados nesta pesquisa. No âmbito da comunidade pesqueira do Pontal, verificou-se que o trabalho, a distância da escola dos saberes

desse coletivo e a ausência de políticas para efetivação de direitos são os principais vilões do percurso escolar desses sujeitos. Outra questão que importa, mas não é abordada pelos estudos até então revisitados, é a relação do SDPA e seus percalços na escolarização desses estudantes.

Como explicita Freire (2013, p. 30) “na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora”. Sendo assim, é necessário que a formação de pescadores/as valorize essa perspectiva emancipatória e reconheça o território pesqueiro como local de resistência na luta pela preservação de suas culturas.

Os trabalhos abordados nesta análise foram discutidos na medida em que os resultados estabelecem relações próximas ao nosso objeto de estudo. Destacamos que as lacunas encontradas nos trabalhos deixam em aberto a necessidade de pesquisas que explorem as relações da escolarização de pescadoras e pescadores artesanais na EJA, uma vez que a ênfase nas relações entre a educação e formação desses estudantes se mostrou evidente na preocupação dos pesquisadores.

Ressaltamos, assim, a relevância da pesquisa, que buscou focalizar a interlocução da escolarização de pescadoras e pescadores artesanais na EJA e sua relação com o SDPA, uma vez que, nas pesquisas revisitadas, não foram encontrados trabalhos que estabelecessem essa relação. Reafirma-se, assim, a necessidade de se retomar o trabalho, e seguir buscando estudos que estabeleçam essa relação, o que pode gerar resultados que apontem para a necessidade de novas pesquisas.

## Referências

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, S. C. **Pescando letras, diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9564>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BEJARANO, N. R. R *et al.* Estilo de vida do pescador-estudante na comunidade de Baiacu (Bahia, Brasil) e sua relação com a escola: dois mundos diferentes? **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 1, p. 159-173, 2014. DOI 10.1590/1516-731320140010010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/yymy8CpQF5BrvtmK53pxdRg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8287, revogada pela Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe

sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, DF, 25 de novembro de 2003. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.779.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Caderno de avaliação de gastos diretos, avaliação executiva do seguro defeso**. Brasília, DF, agosto de 2019. Disponível em:  
[https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2019/caderno\\_segurodefeso.pdf/view](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2019/caderno_segurodefeso.pdf/view). Acesso em: 28 jun. 2021.

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. **Seguro defeso**: problemas enfrentados pelo programa. Política em Foco, Brasília, n. 3, 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3782>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CORDEIRO, K. M.; CARDOSO, M. P. A pedagogia da alternância como metodologia educativa na educação de jovens e adultos pescadores. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 155–166, 2020. Disponível em:  
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31933>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CLARO, L. C. **Entre a pesca e a escola**: a educação dos povos tradicionais a partir da comunidade pesqueira na ilha da Torotama (Rio Grande/RS). 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/6203>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FERREIRA, C. B.; PUGGIAN, C. **Educação e pesca artesanal na Baía de Guanabara**: o que nos ensinam as comunidades tradicionais? Campina Grande: Realize, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42459>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LEMOS, S. F. C.; LIMA, R. C. P. Pescador não quer essa escola: representações sociais em áreas de conflito de território. In: REUNIÃO DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANPED, 2015. p. 1-17. Disponível em:  
<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/pescador-nao-quer-essa-escola-representacoes-sociais-em-area-de-conflito-de>. Acesso em: 27 jun. 2021.

LIMA, O. T. *et al.* Processo de formação educacional e seus reflexos na atividade pesqueira: a realidade dos pescadores artesanais do vale Guaporé (RO). **InterAção**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 219–239, 2018. DOI 10.5216/ia.v43i1.46079. Disponível em:  
<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46079>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectiva teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. DOI 10.1590/S1413-24782018230034. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2021.

- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- OLIVEIRA, G. P. **Rede Certific e Proeja FIC**: a formação inicial e continuada de pescadores no município de São Borja-RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.
- OLIVEIRA, R. G. **Pescadoras tradicionais, técnicas em pesca, “entendem-se incluídas” pela política pública do ProEJA?** Tese (Doutorado em Tecnologia) – Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2034>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- OLIVEIRA, R. G.; URBANETZ, S. T. Comunidades tradicionais, a construção curricular e a valorização dialógica com saberes. **Revista de Tecnologias**, Ourinhos, v. 14, n. 1, p. 47-66, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.fatecourinhos.edu.br/retec/index.php/retec/article/view/363>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- PEREIRA, J. A. G. **Lavrador e pescador**: o seguro-defeso e a reprodução social em uma localidade no interior do Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- PROCÓPIO, D. F. Educação, modernidade e pesca artesanal: uma análise na comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Campina Grande. **Anais [...]** Campina Grande: Realize, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47205>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- SANTOS, A. H. S. **Seguro-desemprego**: avaliação sobre o seguro ao trabalhador formal e o seguro-defeso. 2019. 246 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38104>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. DOI 10.1590/S1413-24782007000100012. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 jun. 2021.
- SILVA, C. Um cardume de conhecimentos nas práticas de pesca artesanal: alguém vai pescar? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 1., 2017, Tocantinópolis. **Anais [...]** Tocantinópolis: Universidade Federal do Tocantins, 2017. p. 328-339. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/881>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SOARES, S. M. **Descaindo a rede do reconhecimento**: as pescadoras e o seguro-defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2311>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Submetido em 24 de abril de 2023.

Aprovado em 31 de maio de 2023.